

Gestão Ambiental: Um modelo na Faculdade Horizontina – FAHOR

Joel Antonio Tauchen (UPF) tauchenjoel@yahoo.com.br

Debora Cristina Martinkoski (UPF) debora_upf@yahoo.com.br

Dr^a Luciana Brandli (UPF) brandli@upf.br

Dr. Adalberto Pandolfo (UPF) pandolfo@upf.br

Resumo

O fator ambiental vem mostrando a necessidade de adaptação das organizações e conseqüentemente direciona novos caminhos na sua expansão. Não são todas as empresas que investem em Gestão Ambiental, isso se deve muitas vezes, à falta de percepção de seus administradores, pois os investimentos na área ainda são percebidos como custos para a companhia e não como uma vantagem competitiva. O SGA permite que a instituição atinja o nível de desempenho ambiental por ela determinado e promova sua melhoria contínua ao longo do tempo. Desta forma, esse artigo apresenta algumas noções referentes ao processo de estratégia ambiental utilizado na implantação do campus Universitário da FAHOR – Faculdade Horizontina. As diretrizes ambientais seguidas na instalação do campus servirão futuramente para facilitar a implantação de um Sistema de Gestão Ambiental – SGA. O artigo ainda contempla os passos do SGA e os setores ambientais relevantes ao processo da Eco-estratégia adotada.

Palavras-chave: Sistemas de Gestão Ambiental; Eco-estratégias; Universidades.

1. Introdução

A temática ambiental está presente na discussão contemporânea mais legítima que procura assegurar possibilidades mínimas para a continuidade da vida no planeta. Igualmente pode-se referir ao modelo de crescimento econômico sustentado por uma pretenciosa inesgotabilidade dos recursos explorados, num impulso infinito de produzir recursos para o consumismo atual. A multidão vê-se atônita e impotente para construir mudanças, aspirando continuamente a indiferenciação e a massificação da não-responsabilidade. A crise deste novo milênio, que contempla uma certa mudança epistemológica, está a exigir do intelectual que ultrapasse a crise de forma determinada, produzindo conhecimento e esgotando os parâmetros que norteiam a produção e o consumo de bens desnecessários à economia e a sobrevivência humana.

Diante disso, a gestão ambiental vem ganhando espaço no meio empresarial, buscando atender a demanda ecológica nas diferentes camadas e setores da sociedade global, envolvendo também o meio acadêmico. Naturalmente, não se pode afirmar que todas as organizações já se encontrem conscientes da importância da gestão dos recursos naturais de forma responsável, porém, a organização que não adequar suas atividades ao conceito de desenvolvimento sustentável está fadada a perder competitividade.

Nesse sentido, esse artigo descreve as estratégias ambientais que a Faculdade Horizontina - FAHOR, vem utilizando na implantação do campus universitário. Essas estratégias surgiram no momento da concepção da instituição e servirão no futuro como base para a implantação de um SGA – Sistema de Gestão Ambiental, cujos passos também serão relatados. O presente artigo busca também evidenciar a importância da Gestão Ambiental nas organizações, apresentando-se como fonte de estratégia competitiva e também na construção da imagem corporativa.

Desta forma, o artigo encontra-se estruturado da seguinte maneira: inicialmente apresenta-se uma revisão da literatura, destacando a evolução histórica da concepção ambiental, a conceituação do Sistema de Gestão Ambiental e sua importância, e a eco-eficiência como estratégia. Posteriormente sugere-se um modelo para implantação de um SGA adequado à instituições superiores, enfatizando-se os agentes envolvidos e seus respectivos graus de comprometimento e responsabilidade, e a organização hierárquica de responsabilidades.

2. Revisão da Literatura

2.1. Histórico da Evolução da Concepção Ambiental

A partir da segunda metade do século XIX a degradação ambiental e suas catastróficas conseqüências, começaram a ser percebidas em nível planetário, o que originou estudos e as primeiras reações no sentido de se conseguir fórmulas e métodos de diminuição dos danos ao meio ambiente.

Neste sentido, a ONU criou em 1983 a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a qual foi presidida por Gro Harlem Brundtland, primeira ministra da Noruega, e tinha os seguintes objetivos: reexaminar as questões críticas relativas ao meio ambiente e reformular propostas realistas para abordá-las; propor novas formas de cooperação internacional nesse campo de modo a orientar as políticas e ações no sentido das mudanças necessárias, e dar a indivíduos, organizações voluntárias, empresas, institutos e governos uma compreensão maior desses problemas, incentivando-os a uma atuação mais firme.

Os trabalhos foram concluídos em 1987, com a apresentação de um diagnóstico dos problemas globais ambientais. A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1999) propôs que o desenvolvimento econômico fosse integrado à questão ambiental, surgindo assim uma nova forma denominada Desenvolvimento Sustentável, que recebeu a seguinte definição: “desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades dos presentes sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades”. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1999).

Em 1992, realizou-se na cidade do Rio de Janeiro a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, onde esta nova forma de desenvolvimento foi amplamente aceita e difundida, passando a ser o objetivo da Agenda 21, editada na oportunidade, bem como um modelo perseguido pela grande maioria dos países do globo.

Diante dessa temática, houve uma grande mudança no perfil do consumidor mundial, determinando às empresas a necessidade de adaptação cada vez maior às novas exigências mercadológicas. O processo de globalização também deu sua contribuição para disseminar a questão ambiental. Associado a isso, o aumento da competitividade, que por sua vez motivou a necessidade de um melhor aprimoramento técnico e de qualidade. Teve como conseqüência a necessidade de criação de normas de caráter mais abrangente e de aceitação internacional, o que tem gerado uma onda de normatização em escala mundial, principalmente quanto à qualidade de produtos e serviços e da produção propriamente dita. Isso trouxe um maior

controle de qualidade, que passou a ser aferido mediante atendimento de normas aceitas mundialmente, comprovadas através de uma nova forma de garantia: a da certificação.

Surgiram então, nos países desenvolvidos, diversas entidades de certificação, que dentre as quais se destaca a Internacional Organization of Standardization, popularmente conhecida como ISO, que lançou entre outras a ISO 9000 que visa o sistema de qualidade do produto e teve grande aceitação nos países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Tal como as normas ISO 9000, as normas ISO 14000 e 14001, também facultam a implementação prática de seus critérios. Entretanto, devem refletir o pretendido no contexto de Planificação Ambiental, que inclui plano dirigido a tomadas de decisões que favoreçam a prevenção ou diminuição de impactos ambientais. A norma ISO 14001 estabelece o Sistema de Gestão Ambiental - SGA da organização e, assim, avalia as conseqüências ambientais das atividades, produtos e serviços da organização e atende a demanda da sociedade.

Com o crescimento da preocupação em caráter mundial em se conseguir o desenvolvimento sustentável preconizado pela Conferência Rio/92 e o conseqüente aumento do poder de exigência do consumidor em termos ambientais, as empresas potencialmente poluidoras estão preocupadas com sua imagem, de maneira que estão procurando adaptar-se aos novos tempos, diminuindo seu potencial poluidor.

Para Schmidheiny (1992), a visão empresarial do desenvolvimento sustentável é que um número cada vez maior de executivos está convencido de que é lucrativo economicamente, garantir o futuro de suas empresas integrando os princípios do desenvolvimento sustentável em todas as suas operações, a fim de reconhecer que não pode haver crescimento econômico a longo prazo, a menos que ele seja sustentável em termos de meio ambiente, e principalmente de confirmar que todos os produtos, serviços e processos têm de contribuir para um mundo sustentável.

O aparecimento da economia mundial globalizada e suas conseqüências vêm trazendo às empresas oportunidades de expansão e aquelas que conseguem perceber esta nova tendência mundial, poderão criar mercados cada vez maiores, graças às novas tecnologias da comunicação e seus produtos poderão alcançar consumidores de outros países com menos esforço.

2.2. Sistemas de Gestão Ambiental e suas Vantagens

Gestão Ambiental é o sistema que inclui a estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental. É o que a empresa faz para minimizar ou eliminar os efeitos negativos provocados no ambiente pelas suas atividades.(MAIMON, 1996).

Não são todas as empresas que investem em Gestão Ambiental, isso se deve muitas vezes à falta de percepção de seus administradores, pois os investimentos na área ainda são percebidos como custos para a companhia e não como uma vantagem competitiva.

Muitas vezes os investimentos em gestão ambiental são direcionados por fatores competitivos, mas existem fatores diversos que determinam a realização de investimento em gestão ambiental por parte das corporações, dependendo de sua realidade. Assim, o administrador e o investidor, que antes tinham a gestão ambiental como mais um fator de aumento de custos do processo produtivo, se deparam com vantagens competitivas e oportunidades econômicas de uma gestão responsável dos recursos naturais.

Como fator determinante na tomada de decisão, quanto se investir ou não em Sistemas de Gestão Ambiental, analisa-se principalmente o benefício que trará à organização, nesse contexto, North *apud* Donaire (1995) aponta benefícios econômicos e estratégicos da gestão ambiental na empresa, conforme Quadro 1.

BENEFÍCIOS ECONÔMICOS
<i>Economia de Custos</i>
economias devido à redução do consumo de água, energia e outros insumos.
economias devido à reciclagem, venda e aproveitamento de resíduos e diminuição de efluentes.
redução de multas e penalidades por poluição.
<i>Incremento de Receitas</i>
aumento da contribuição marginal de “produtos verdes” que podem ser vendidos a preços mais altos.
aumento da participação no mercado devido à inovação dos produtos e menos concorrência.
linhas de novos produtos para novos mercados.
aumento da demanda para produtos que contribuam para a diminuição da poluição.
BENEFÍCIOS ESTRATÉGICOS
Melhoria da imagem institucional.
Renovação do “portfólio” de produtos.
Aumento da produtividade.
Alto comprometimento do pessoal.
Melhoria nas relações de trabalho.
Melhoria e criatividade para novos desafios.
Melhoria das relações com os órgãos governamentais, comunidade e grupos ambientalistas.
Acesso assegurado ao mercado externo.
Melhor adequação aos padrões ambientais.

Fonte: DONAIRE, D. *Gestão Ambiental na Empresa*. São Paulo: Atlas, 1995.

Quadro 1 – Benefícios da Gestão Ambiental.

A responsabilidade empresarial em relação ao meio ambiente deixou de ser uma postura diante das imposições para se transformar em atitudes voluntárias, superando as próprias expectativas da sociedade. Compreender essa mudança de paradigma é vital para a competitividade, pois o mercado está, mais aberto e competitivo, fazendo com que as empresas tenham que se preocupar com o controle dos impactos ambientais.

A relação entre as empresas e o meio ambiente deve ser visto como uma oportunidade para que as empresas passem a implementar práticas sustentáveis de gerenciamento, não apenas como uma postura reativa a exigências legais ou pressões de grupos ambientalistas, mas sim com a intenção de obter vantagens competitivas. Os Sistemas de Gestão Ambiental vêm se tornando um grande aliado das organizações que buscam manter seus processos, aspecto e impacto ambiental sob controle.

Segundo Schmidheiny (1992), muitos dirigentes acreditam que a proteção ambiental inevitavelmente custa dinheiro, e que se trata de uma questão periférica ou de um desvio das metas empresariais básicas. Tal atitude tem sido reavaliada pelo uso de controles no final dos processos, que são improdutivo e simplesmente representam custos adicionais para as empresas. Porém, algumas empresas já vêm adotando práticas conscientes, pensando no avanço futuro do valor que o meio ambiente assume para a sociedade. Essa prática visa conquistar novos mercados, transformando a questão ambiental numa forte ferramenta de marketing e assim transformando a idéia de custo para a nova realidade de mercado: o lucro através dos cuidados com o meio ambiente.

Muitas empresas que antes viam o investimento na questão ambiental como medidas que aumentavam o custo da produção, descobriram que a Gestão Ambiental reduz custos e pode tornar a instituição mais eficiente. Conforme Schmidheiny (1992), as empresas devem convencer-se de que a introdução de uma nova tecnologia, mais limpa, realmente cortará

custos de produção. A lógica da prevenção da poluição – isolar a fonte do problema - muitas vezes desafia os métodos atuais de se fazer negócios e, por isso pode ser vista pelas empresas como uma decisão mais arriscada.

2.3. Eco-eficiência como Estratégia

Em 1992, Stephan Schmidheiny, Presidente do Business Council for Sustainable Development – BCSD apresentou à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, seu relatório “Mudando o Rumo”, lançando o conceito de “eco-eficiência”. Este relatório foi publicado em 1996 pelo Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (resultante da fusão entre o BCSD e o Conselho de Meio Ambiente da Câmara Internacional do Comércio) e procura identificar as ações importantes para atingir a eco-eficiência, entre as quais se baseia em reduzir: a intensidade de material em produtos e serviços, a intensidade de energia em produtos e serviços, a dispersão de substâncias tóxicas e a melhorar a reciclabilidade dos materiais, maximizar o uso sustentável de recursos renováveis e estender a durabilidade dos produtos.

O fator ambiental vem mostrando a necessidade de adaptação das organizações e conseqüentemente direciona novos caminhos na sua expansão. As instituições devem mudar sua visão empresarial, seus objetivos, estratégias de investimentos e de marketing, tudo voltado para o aprimoramento de seu produto ou serviço, adaptando-os à nova realidade do mercado global: ecologicamente correto e responsável.

Hoje há mais empresas conscientes de que a poluição que produzem é um sinal de ineficiência e que os resíduos refletem matérias-primas não-vendidas nos produtos finais. São muitas, e em número cada vez maior, as empresas que já adotam a lógica da prevenção da poluição.

A estratégia da eco-eficiência permite a empresa obter vantagens, que podem ser alcançadas com o desenvolvimento de processos produtivos mais eficientes, adotando, por exemplo, tecnologias mais limpas, permitindo às empresas gerar lucratividade com a redução dos riscos a impactos ambientais associados aos processos. A partir desse momento, começa a ficar claro que as instituições de ensino superior também devem fazer parte do processo, desenvolvendo tecnologia e material humano para atender a demanda ambiental.

2.4. As Instituições de Ensino Superior (IES) e o Desenvolvimento Sustentável

A sustentabilidade é um conceito global que permeia o social, o econômico e o ambiental, e que para Gray (2003) é um conceito difícil de aplicar em qualquer corporação individual. Apesar do desafio para todos os setores, em avançar simultaneamente em termos de desenvolvimento econômico e de proteção ambiental, como requer o desenvolvimento sustentável, um número cada vez maior de empresas e instituições está rapidamente reconhecendo e partindo para a prática ambiental.

O desenvolvimento sustentável procura nas Instituições de Ensino Superior (IES) um agente especialmente equipado para liderar o caminho, pois a sua missão é o ensino e a formação dos tomadores de decisão do futuro, ou dos cidadãos mais capacitados para a tomada de decisão.

Até a Conferência do Rio de Janeiro em 1992, a Rio-92, as IES praticamente estiveram fora do palco da discussão sobre o desenvolvimento sustentável. A experiência trouxe uma lição clara: as IES não devem se esquivar ao desafio, pois caso não se envolvam no processo ou não usarem as suas forças combinadas para ajudar a resolver os problemas emergentes da nossa sociedade, então serão ignoradas e abrirão espaço para que uma outra agência ou estrutura seja convidada a liderar o processo.

As IES são, dentre as várias instituições de ensino formal, aquela à qual compete ministrar o mais elevado grau de ensino, o superior. Ou seja, o da educação para a máxima capacitação e qualificação dos seus cidadãos, na resolução e antecipação dos problemas que mais a afetam.

Para cumprir esta missão, as IES buscam incessantemente as raízes e soluções desses problemas, através da investigação e desenvolvimento de metodologias e ferramentas inovadoras, respondendo aos desafios e desencadeando esforços no sentido de analisar, discutir e vincular o papel do ensino superior rumo ao desenvolvimento sustentável.

3. Materiais e Métodos

As estratégias de pesquisas são imprescindíveis ao processo de pesquisa, pois delas dependem todo desenvolvimento e os resultados, ou seja, é neste momento que o pesquisador terá que usar as habilidades que lhe são inerentes para obter o maior número possível de evidências sobre o objeto pesquisado. Somente assim o estudo poderá oferecer um entendimento dos fenômenos, das variáveis e de suas relações. A estratégia de pesquisa utilizada neste trabalho foi método de estudo de caso, meio utilizado para obtenção dos dados.

O estudo de caso se refere ao processo de implantação do SGA na FAHOR, sendo considerado inicialmente o planejamento estratégico da própria Faculdade. Neste documento, ficou evidenciado o interesse da instituição em investir na área ambiental. Concomitante a isso, a revisão bibliográfica destacou alguns pontos que foram relevantes para a tomada de decisão de adotar a prática da Gestão Ambiental já no início da implantação da Faculdade.

Destaca-se que as análises dos resultados foram realizadas conjuntamente com a descrição dos dados obtidos junto a Faculdade e observações do processo físico-operacional. Os resultados são apresentados na forma de um modelo de Gestão Ambiental adaptado para a realidade de uma Faculdade.

4 . Análise dos Resultados

4.1. Modelo de Gestão Ambiental a ser implantado na FAHOR

A gestão ambiental vem ganhando um espaço crescente no meio empresarial. O desenvolvimento da consciência ecológica em diferentes camadas e setores da sociedade mundial acaba por envolver também o setor da educação, a exemplo das Faculdades e Universidades.

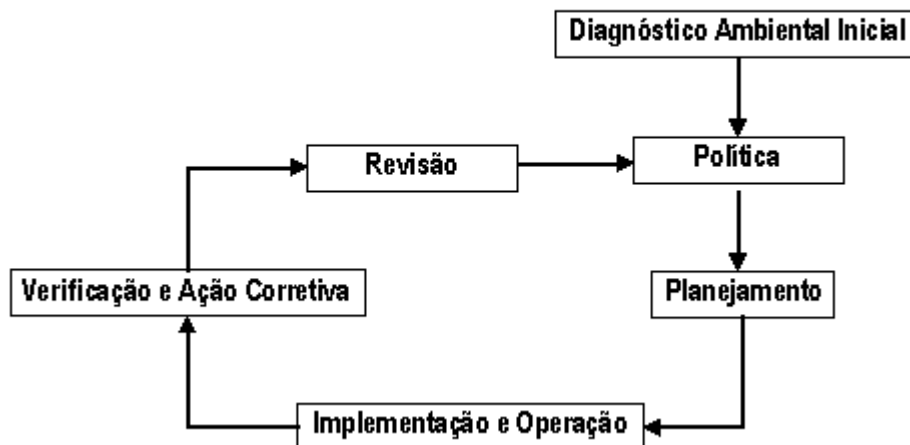
A Faculdade Horizontina – FAHOR, está inserida no Município de Horizontina, com abrangência na Região Fronteira Noroeste do estado do Rio Grande do Sul. É uma instituição com cinco anos de existência e com três cursos de graduação: Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção e Economia com Ênfase em Agronegócios.

Para integrar a FAHOR ao processo de desenvolvimento sustentável, pessoas representativas das entidades e empresas de Horizontina-RS participaram na construção do planejamento estratégico da FAHOR. O trabalho pretende auxiliar na construção de um projeto de ensino superior de qualidade e de projeção nacional, mas identificado com e em favor da comunidade local e regional. Desta forma ficou definido como princípio educacional da FAHOR, o “desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, num contexto globalizado, onde significativos conhecimentos teóricos e tecnológicos constituem-se como aporte para a habilitação e qualificação de seus egressos, a formação continuada e a promoção do desenvolvimento sustentável”. No que tange a missão, ficou assim definida: “Promover a formação acadêmica e tecnológica, fomentar o desenvolvimento regional sustentável,

habilitando profissionais éticos com visão crítica, sistêmica, empreendedora e interativa, para servir na comunidade”.(PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA FAHOR, 2003).

É nesse sentido que a FAHOR, optou por integrar os princípios de gestão ambiental já no início do processo de construção de seu novo campus.

Para facilitar a integração do SGA à realidade da instituição, foi formulado um fluxograma (Figura 1) que demonstra as atividades relacionadas à gestão ambiental.



Fonte: Adaptado de Reis – Gestão Ambiental em Pequenas e Médias Empresas

Figura 1 – O conceito do PDCA na filosofia da ISO 14001.

Como demonstrado na figura anterior, o fluxograma busca destacar os elementos-chave de um SGA, baseado na norma ISO 14001. O Diagnóstico Ambiental Inicial refere-se ao levantamento de toda a documentação e verificação do atendimento aos aspectos legais. Na prática, esse procedimento pode ser realizado com recursos humanos internos ou externos, pois, quando a empresa já dispõe de pessoal habilitado ou relacionado com questões ambientais, essa tarefa poderá ser feita internamente. Por outro lado, não existindo tal possibilidade, a organização poderá recorrer aos serviços de terceiros, quer seja ao de consultores autônomos ou ao de firmas de consultoria ambiental.

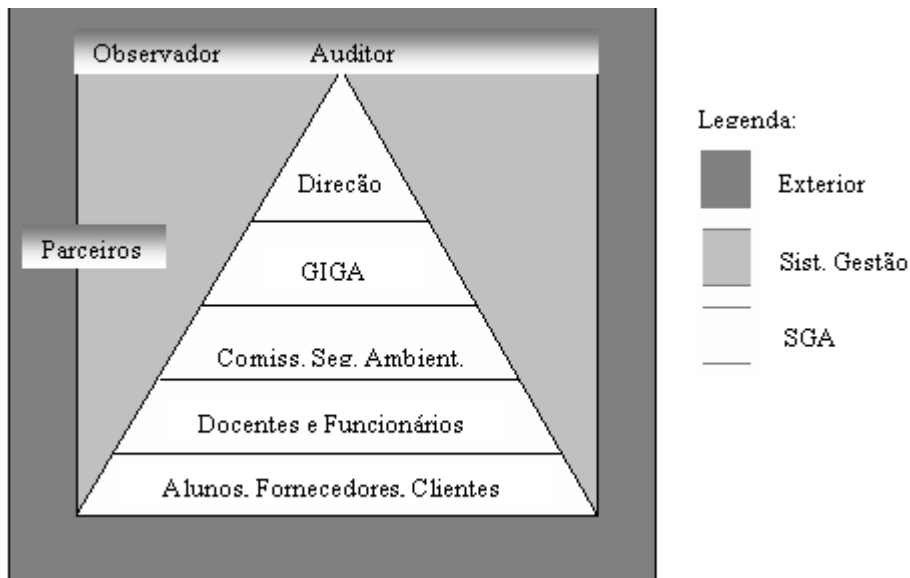
Com relação ao segundo passo, ele aborda a política ambiental e os requisitos para atender a esta política, através dos objetivos, metas e programas ambientais. O Planejamento faz a análise dos aspectos ambientais da instituição, incluindo seus processos, produtos e serviços, assim como os bens e serviços usados pela organização. Na fase de Implementação e Operação, organiza os processos como forma de controlar e melhorar as atividades operacionais que são críticas do ponto de vista ambiental, devendo ser considerados os produtos e serviços da instituição. Durante a Verificação e Ação Corretiva, é contemplado o monitoramento, medição e registro das características e atividades que podem ter um impacto significativo no ambiente. Durante o processo de Análise Crítica pela Direção, assegura a contínua adequação e efetividade do sistema e, por fim, cabe ressaltar que a Melhoria Contínua é componente chave do SGA, pois através dela a norma ISO 14001 pretende estimular a melhoria do desempenho. Este conceito completa o processo cíclico do PDCA (Plan, DO, Check, Review and continually improve – planejamento, implementação, verificação, análise crítica e melhoria contínua), demonstrando que a filosofia do PDCA está inserida no contexto da ISO 14001, conforme exposto na Figura 1.

Com isto em mente, o SGA é mais observado como uma estrutura de organização que deverá ser continuamente monitorada e renovada, visando fornecer orientação efetiva para as atividades ambientais de uma organização, em resposta a fatores internos e externos em alteração. Todos os membros de uma organização devem assumir a responsabilidade pela melhoria ambiental.

O SGA permite que a instituição atinja o nível de desempenho ambiental por ela determinado e promova sua melhoria contínua ao longo do tempo. Consiste essencialmente, no planejamento de suas atividades, visando à eliminação ou minimização dos impactos ao meio ambiente, por meio de ações preventivas, por isso existe a importância da gestão ambiental na empresa, apresentando-se como fonte de estratégia competitiva e também na construção da imagem corporativa. Neste sentido a FAHOR irá implementar em seu campus, um SGA com o objetivo de controlar a emissão e efluentes e resíduos sólidos, controlar o consumo de energia e água, além de buscar a redução de materiais de expediente.

Como forma de organização e definição dos agentes envolvidos na implantação do sistema, demonstramos na Figura 2, a organização hierárquica de responsabilidade no que tange aos documentos, ficando a Direção responsável pela Política Ambiental, o GIGA (Grupo de Implantação da Gestão Ambiental) pelo Manual de Gestão Ambiental, a Comissão de Segurança Ambiental ficando responsável pelo controle dos procedimentos ambientais, os Professores e Funcionários pelos requisitos ambientais e formulários e, os alunos e fornecedores passam a integrar o processo na forma de beneficiários do SGA.

Agentes



Fonte: Adaptado de Reis – Gestão Ambiental em Pequenas e Médias Empresas

Figura 2 – Hierarquia do Sistema de Gestão Ambiental da FAHOR

As empresas defrontam-se com vários desafios e a forma com que os enfrentam e vencem, determina seu sucesso. A necessidade das empresas em adotarem práticas gerenciais perante o meio ambiente, adequadas às exigências do mercado, também estimula as empresas a universalizar os princípios e procedimentos, o que permite uma expressão consistente de qualidade ambiental. Salienta-se também que não existe qualidade total sem qualidade ambiental.

Um Sistema de Gestão Ambiental deve ser adequado à realidade e à estrutura da corporação, fornecendo informações estratégicas importantes para a tomada de decisões pela alta administração. Como forma de agilizar o processo de implantação. O Quadro 2 demonstra os

agentes envolvidos e seus respectivos graus de comprometimento e responsabilidade no processo de implantação do SGA.

AGENTES	POLÍTICA	PLANEJAM	IMPLEM. E OPERAÇ.	VERIFIC. E AÇÃO CORRET.	REVISÃO
Direção Campus	Δ	O		O	Δ
GIGA	O	Δ	O	Δ	O
Comiss. Amb.		O	Δ	Δ	O
Funcionários		O	Δ	O	
Docentes		Δ	Δ	O	
Pesquisadores		O	Δ	O	
Alunos		O	Δ	Δ	
Fornecedores			Δ	O	
Clientes			O		
Parceiros		O	O		
Observador		O		O	
Auditor/Perito		O	O	Δ	O

Quadro 2 – Responsabilidade nas Etapas do SGA (Δ = Máxima e O = Participação).

No caso da direção do campus pode-se destacar a máxima participação na definição da Política e da Revisão, além da comunicação da importância do SGA à toda instituição, comprometendo-se com o seu desempenho, promovendo os recursos necessários à operacionalização, acompanhando e analisando criticamente a performance e estimulando a melhoria contínua do SGA.

O GIGA (Grupo de Implantação da Gestão Ambiental), fica responsável pela definição das competências e descreve as funções/papel para as diversas funções do SGA. Procura integrar a gestão ambiental nos sistemas de avaliação, com destaque para o planejamento e a verificação e a ação corretiva. É o agente mais importante, pois participa de todas as etapas do processo.

Além desses agentes, existem outros que fazem parte do processo, com maior ou menor participação, porém, todos os envolvidos oferecem ordem e consistência para os esforços organizacionais no atendimento às preocupações ambientais através de alocação de recursos, definição de responsabilidades, avaliações correntes das práticas, procedimentos e processos.

5. Considerações Finais

No presente artigo, foi realizada uma análise dos requisitos propostos pela norma ISO 14001 para a implantação de um Sistema de Gestão Ambiental, procurando adaptá-la a realidade de uma instituição de ensino superior.

Esse estudo teve inicialmente um caráter investigatório, indicando as primeiras estratégias ambientais adotadas pela Faculdade Horizontina – FAHOR na construção de seu campus universitário. Com o estudo, foi possível observar que os problemas ambientais são normalmente ocasionados por uma ou várias deficiências no que diz respeito à gestão, a qual conduz ao surgimento de problemas ambientais entre outros que, certamente não ocorreriam se as instituições tivessem tido a visão gerencial sistêmica.

Muitas universidades já aderiram ao SGA, porém, no mundo, apenas cinco conquistaram a ISO 14001 sendo que no Brasil apenas a UNISINOS. A intenção da FAHOR, inicialmente é de implementar somente o SGA, e desta forma adotar práticas que visem o atendimento das exigências das normas já no início da implantação do seu campus, no sentido de evitar maiores custos no futuro, pois a adaptação das instalações, após alguns anos de existência, ocasiona o aumento considerável dos custos, o que torna muitas vezes inviável a implementação de um SGA.

Com uma seqüência de medidas técnicas, que abrangem desde a coleta seletiva de lixo até o tratamento de efluentes líquidos e resíduos sólidos, o projeto do campus prevê um prazo de até dois anos para que a instituição se prepare e faça as adequações para o SGA.

A idéia é que a Faculdade se torne um modelo de gestão ambiental da região Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul e esse projeto visa atender a missão definida pela instituição, que entre outras coisas procura dar ênfase ao desenvolvimento regional e sustentável, além de qualificar os cursos de graduação e de pós-graduação no que se refere ao meio ambiente.

Referências

AGENDA 21. Disponível em: www.crescentefertil.org.br/agenda21/index2.htm. Acesso em 20 de julho de 2005.

ANTUNES, P. *Estratégias de ecoeficiência*. Disponível em: <http://www.iapmei.pt/iapmei-art-03.php?id=385> Acesso em: 19 jun. 2005

AVIGNON, Isso d'. *Normas Ambientais ISO 14000 – Como podem influenciar sua empresa*. Rio de Janeiro: Confederação Nacional da Indústria – CNI, 1995.

CAIRNCROSS, F. *Meio Ambiente – Custos e Benefícios*. São Paulo: Nobel, 1992.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, *Relatório, Nosso Futuro Comum*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

DONAIRE, D. *Gestão Ambiental na Empresa*. São Paulo: Atlas, 1995.

GRAY, R. *O mercado financeiro se importa com a divulgação social e ambiental?*

<http://www.gla.ac.uk/departments/accounting/csear/studentresources/index.html> Acesso em 23 fev. 2003.

GRAY, R. *Responsabilidade, sustentabilidade e contabilidade social e ambiental: o setor corporativo pode se pronunciar?* Disponível em:

<http://www.gla.ac.uk/departments/accounting/csear/studentresources/index.html> Acesso em 23 fev. 2003.

MAIMON, D. *Passaporte Verde – Gestão Ambiental e Competitividade*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA FAHOR, Documento interno, 2003.

PORTER, M. E. *Vantagem Competitiva: criando e sustentando um desempenho superior*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

PORTER, M. E. LINDE, C. V. D. *Ser verde é ser competitivo*. Revista Exame, São Paulo, p. 72-78, 22 nov, 1995.

PROJETO CAMPUS VERDE, Disponível em: <http://campus.fct.unl.pt/campusverde/pt>
Acesso em 20 de julho de 2005.

REIS, Luis F. S. De Souza Dias, QUEIROZ, Sandra M. Pereira De. *Gestão Ambiental em Pequenas e Médias Empresas*. Rio de Janeiro: Qualitimark, 2002.

SCHMIDHEINY, Stephan. *Mudando o rumo: uma perspectiva empresarial global sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Rio de Janeiro : FGV, 1992.

THE TALLOIRES DECLARATION, Disponível em http://ulsf.org/programs_talloires.html.
Acesso em 20 de julho de 2005.

TIBOR, Tom, FELDMAN, Iara. *ISO 14000: um guia para as normas de gestão ambiental*. São Paulo : Futura, 1996